

Negociações de paz: reflexões sobre um processo (1)

por Tomás Vieira Mário, da AIM

Passam já seis meses, desde que, em Julho do ano passado, o Governo moçambicano e a Renamo iniciaram negociações directas em Roma, destinadas a acordar fórmulas de pôr fim à guerra que desde há quinze anos dilacera Moçambique. Em várias e prolongadas reuniões desde então realizadas nas salas do discreto mas acolhedor antigo convento da Praça de Santo Egidio, num dos bairros periféricos da capital italiana, completaram-se, em finais de Janeiro, quatro rondas.

Quatro rondas que, prolongando-se algumas delas por quase um mês inteiro, ainda nada, ou pouco produziram, de concreto, no caminho de um acordo geral de cessar-fogo, para cuja assinatura a delegação governamental sempre declarou estar plenamente credenciada.

Os moçambicanos e o mundo em geral vão-se interrogando cada vez mais, sobre as razões que continuam a impedir o Governo e a Renamo de assinarem, finalmente, o acordo que ponha imediatamente fim às hostilidades militares no país.

É simplesmente legítima, esta impaciência, esta aspiração à paz, pelo fim de uma das mais atrozes guerras alguma vez testemunhadas em África e não só, e que, directa ou indirectamente, não deixou inocente um único moçambicano, desde a sua eclosão, por pacifista ou neutral que seja.

Porque, mais do que colectivamente e como nação, privados da sua presunção de inocência, os moçambicanos e todos aqueles que pelo mundo fora se associam ao seu sofrimento, foram privados da sua dignidade, da sua auto-confiança, de povo capaz de construir para si o país que mereçam e que está ao seu alcance: feridos do seu orgulho próprio, os moçambicanos ouvem dizer que o seu país, tão dotado de recursos, é, actualmente, o mais pobre do mundo.

Que razões, tão inacessíveis para a quase totalidade dos moçambicanos e o mundo, poderão ser evocadas, para justificar tamanho holocausto, tamanho cenário de um pesadelo colectivo que se abateu sobre quinze milhões de seres humanos?

É que, hoje a morte reduzida à frieza dos números, já surge banalizada, como se, ao dizer foi assassinada uma pessoa, numa aldeia ou numa cidade, nenhum drama humano, sem solução, estivesse aí presente, mas tão-somente, a ideia puramente matemática de "menos um".

Racionalmente, nenhuma resposta pode ser satisfatória para uma guerra que longe de ser um meio visando fins políticos, já inoculou na sociedade moçambicana o vírus de violência gratuita

generalizada danificando, sem piedade, até relações dentro de famílias, relações de pai-filho, irmão-irmão. Porque aterrorizado e armado, o filho foi queimar a palhota dos pais, imolando-os com fogo, assassinando depois o irmão, violando a cunhada, raptando para o matar o sobrinho, menor de doze anos, o qual, um mês depois, já também armado e aterrorizado, vai repetir os mesmos actos, noutra aldeia...

Quinze ou mesmo cinco anos de um país assim, representam, efectivamente, atrasos nunca recuperáveis: pelos danos físicos, morais, e psíquicos que passaram a marcar a atitude dos seus cidadãos perante a vida e o mundo, eles vão, cada dia, seleccionando valores exactamente ao contrário.

Independentemente de assumir tal guerra como politicamente motivada ou resultando de acções de um sector de nacionais levados à perda da razão por seja quem for, torna-se sempre evidente que seria da responsabilidade do Governo, em nome do Estado soberano que legitimamente representa, avaliar, com toda a normalidade, preservando a indivisibilidade do território nacional e a sobrevivência do povo.

Visto que Moçambique é um Estado independente e soberano e, como tal, reconhecido por todos os outros Estados conhecidos do mundo, pelas Nações Unidas e todas as organizações internacionais e regionais, tal como o seu Governo, só uma via para a paz na base do princípio acima aludido garantiria a sua respeitabilidade, a sua dignidade e a dos seus cidadãos.

Este ponto cuja defesa pelo Estado moçambicano lhe tem sido reconhecida internacionalmente, terá de ser, forçosamente o ponto de partida para qualquer reflexão séria que se pretenda fazer, sobre os caminhos possíveis para o conseguimento da paz e, designadamente, para um entendimento mínimo das negociações ora em curso, em Roma.

O mundo, mas sobretudo os moçambicanos, que têm vivido,

diariamente e pessoalmente, indescritíveis dramas de tão prolongada e mortífera guerra, sabem contar, de memória, todos os esforços realizados pelo Governo na tentativa de conseguimento da paz, desde os princípios da década 80. Para tanto basta uma seriedade, algum espírito de boa-fé.

De todos estes esforços, o primeiro e mais importante que lhes virá, à memória, será, obviamente, o Acordo de Nkomati, com a África do Sul em 1984.

É preciso sublinhar, neste momento, que tendo o "Nkomati" acontecido numa época em que o regime do "apartheid" na África do Sul ainda teimava em manter intactas as principais leis que o sustentavam, e para se defender internamente desestabilizava os países vizinhos, designadamente Moçambique e Angola, este acordo viria a criar para Moçambique graves mal-entendidos, nomeadamente no exterior, que lhe custaram um alto preço de perda de amigos e aliados, alguns dos quais jamais recuperados.

Porque para meio-mundo exterior, "Nkomati" tinha sido o "acordo de traição", "pacto com o diabo". Hoje já não é difícil para ninguém entender que foi uma atitude de Estado, pois acima da ideologia, está sempre a defesa da soberania nacional: não há ideologia que se aplica sobre um país inexistente.

Da mesma forma, os moçambicanos e o mundo exterior, podem contar de memória, toda a história, ainda que brevíssima, da euforia pela paz que então parecia mais próxima, quando declarações inspirando tal clima surgiam oficialmente de Pretória e, também, de Moçambique, neste último caso por vezes elavadas de algum lirismo.

Assinado o acordo em Março desse ano, iniciativas para a pacificação final de Moçambique que então se lhe seguiram, viriam a desembocar nas conversações de Outubro do mesmo ano. De um lado estava o Governo moçambicano e do outro, o Governo sul-africano e aqueles que, por ele apoiados e armados, vinham guerreando o país. O cidadão português, Evo Fernandes, então secretário-geral da Renamo, estava em representação destes últimos. A paz será alcançada a todo o momento, comentava-se então nas ruas de Maputo.

Foi, nesse mês de Outubro, produzido o documento que ficou com o nome de "Declaração de

Pretória", que indicava os princípios para o fim da guerra em Moçambique. E no momento final a Renamo abandonou as negociações. E, optando pela guerra não como um meio, mas como um fim em si mesmo, a Renamo recrudescceu a violência em todo o país, contendo para tanto com o apoio daqueles sectores extremistas militares sul-africanos, que, como viria a provar-se nos "documentos de Gorongosa", capturados na antiga base central da Casa Banana, afinal nunca interromperam o seu apoio, após "Nkomati". Mas, como é já do domínio público, não só de apoios sul-africanos vivia a Renamo, nem nessa altura nem antes, nem depois.

Quando, em Agosto de 1985 forças conjuntas moçambicanos-zimbabueanas tomaram de assalto Gorongosa, os documentos secretos da Renamo aí capturados tomaram mais do que evidente que Pretória sempre agiu de má-fé, visto que o seu envolvimento directo na desestabilização de Moçambique nunca conheceu freios, depois do "Nkomati", duas situações surgiram:

Por um lado aqueles cujo cepticismo em relação à honestidade de Pretória foi sempre manifesto, aprofundaram críticas ao governo moçambicano, acusando-o de ingénuo, e esperando que ele declarasse ter renunciado àquele pacto de não-agressão, mas por outro lado, tinha-se tornado claro, nomeadamente entre os países ocidentais que efectivamente, a guerra que destruiu a Moçambique, nunca foi, nem era uma guerra civil opondo dois partidos políticos.

Numa palavra: os moçambicanos e o mundo, conhecedores desde sempre, da génese da violência militar em Moçambique, e de todas as fases por que vinha passando, estavam mais do que claros em como de nada serviria qualquer negociação com a Renamo, a menos que na região se produzisse uma atmosfera de claro desanuiamento geral, no sentido da eliminação de todas as causas dos antagonismos que vinham determinando a generalizada confrontação.

Parece muito simples de ver: alcançando-se qualquer acordo com a Renamo, por cima de toda a convulsão da zona e não só, quem garantiria aos moçambicanos que, exactamente no dia seguinte a tal acordo, uma outra Renamo, com este ou com outro nome qualquer, em tudo igual ou pior que esta, não surgiria no país?

(CONTINUA)